

REGIMENTO INTERNO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DA COPEL HOLDING E SUBSIDIÁRIAS INTEGRAIS

1. FINALIDADE. As disposições deste regimento definem as responsabilidades, deveres, competências e atribuições dos Conselhos de Administração da Companhia Paranaense de Energia - Copel ("Companhia", "Copel Holding" ou "Copel") e; Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel GeT"); Copel Distribuição S.A. ("Copel DIS"); Copel Comercialização S.A. ("Copel Mercado Livre") e Copel Serviços S.A. ("Copel Serviços" e, em conjunto com Copel GeT, Copel DIS e Copel Mercado Livre, "Subsidiárias Integrais"), observadas as disposições dos respectivos Estatutos Sociais, a legislação vigente e as boas práticas de governança corporativa.

2. NATUREZA, COMPOSIÇÃO E MANDATO. O Conselho de Administração da Copel Holding é órgão estatutário de deliberação estratégica e colegiada, composto por, no mínimo, 07 (sete) e, no máximo, 09 (nove) membros titulares, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral da Copel, com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida reeleição, em conformidade com a Lei Federal nº 6.404/1976 e demais normativos aplicáveis.

3. ELEIÇÃO. Ressalvado o disposto no Art. 20 do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração estabelecerá as regras quanto à eleição para membros do referido órgão, devendo o sistema definido para a eleição ser divulgado quando da convocação da Assembleia Geral que deliberará sobre o tema.

3.1. Na eleição de que trata o item 3, poderão concorrer candidatos ou chapas indicados pelo Conselho de Administração ou indicados na forma prevista nos itens 3.2 e 3.3 abaixo, conforme o caso, de acordo com o estabelecido pelo Conselho de Administração.

3.2. Os acionistas ou conjunto de acionistas que desejarem propor outra chapa ou candidato, conforme o caso, para concorrer a cargos no Conselho de Administração, deverão, juntamente com a proposta a ser apresentada nos termos da regulamentação vigente, encaminhar ao Conselho de Administração declarações assinadas individualmente pelos candidatos por eles indicados ou declaração dos acionistas que fizerem a indicação, de que obtiveram dos candidatos a declaração de que estão aptos a assinar todos os documentos, sem restrições, contendo as informações mencionadas no item 3.3 abaixo, devendo a divulgação observar os termos da regulamentação vigente e ficando a investidura, caso eleitos, sujeita ao cumprimento dos requisitos previstos no Termo de Posse, nesse Regimento e nas demais normas internas da Companhia.

3.3. Caso a eleição do Conselho de Administração seja realizada pelo sistema de chapas:

- a)** a mesma pessoa poderá integrar duas ou mais chapas, inclusive aquela indicada pelo Conselho de Administração; e
- b)** cada acionista somente poderá votar em uma chapa e os votos serão computados com a observância das limitações previstas no Art. 6º do Estatuto Social da Companhia, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber maior número de votos na Assembleia Geral.

4. INCOMPATIBILIDADE. Em razão de incompatibilidade, é vedada a investidura para o Conselho de Administração:

- a)** de representante do órgão regulador ao qual a Companhia está sujeita, de Ministro de Estado, de Secretário de Estado, de Secretário Municipal, de titular de cargo, sem vínculo permanente

com o serviço público, de natureza especial ou de direção e assessoramento superior na administração pública, de dirigente estatutário de partido político e de titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação, ainda que licenciados do cargo; e

b) de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante de estrutura decisória de partido político ou em cargo de organização sindical.

5. INVESTIDURA. Os conselheiros da Copel serão investidos em seus cargos mediante a assinatura: (a) de Termo de Posse no livro de atas do Conselho de Administração, com sujeição à cláusula compromissória estatutária; (b) dos Termos de Adesão Política de Divulgação de Informações sobre Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários e na Política de Transação com Partes Relacionadas, (c) do Termo de Recebimento e Compromisso do Código de Conduta da Companhia.

6. POSSE. A posse de membros no Conselho de Administração observará as condições estabelecidas na Lei Federal nº 6.404/1976 e demais disposições legais aplicáveis, devendo a assinatura do respectivo termo ocorrer nos 30 (trinta) dias seguintes à eleição ou nomeação, sob pena de sua ineficácia, salvo justificativa aceita pelo órgão.

6.1. A posse do conselheiro residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para, até, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do administrador: (i) receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária; e (ii) receber citações e intimações em processos administrativos instaurados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

7. CONSELHEIROS INDEPENDENTES. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, a maioria deverá ser conselheiro independente, conforme a definição prevista no Estatuto Social e no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado”) e demais normas aplicáveis.

7.1. Quando, em decorrência do cálculo de membros independentes referido no item acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

7.2. O Conselho de Administração deverá incluir na proposta da administração referente à Assembleia Geral para eleição de seus membros: (i) a aderência de cada candidato à Política de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho; e (ii) as razões pelas quais se verifica o enquadramento dos candidatos, como conselheiros independentes, à luz do disposto no Regulamento do Novo Mercado e nas normas aplicáveis.

7.3. Os conselheiros que se declararem independentes, deverão atender aos requisitos de independência exigidos no Regulamento do Novo Mercado, na legislação e regulamentação brasileira e estrangeira aplicáveis, conforme definido na Política de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho da Companhia.

8. COMPOSIÇÃO E MANDATO NAS SUBSIDIÁRIAS INTEGRAIS. Os Conselhos de Administração das Subsidiárias Integrais da Copel serão compostos por membros eleitos e destituíveis pelas Assembleias Gerais, com mandato unificado de 02 (dois) anos, permitida reeleição, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976.

8.1. As Subsidiárias Integrais contarão com, no mínimo, 03 (três) membros em seu Conselho de Administração, composto conforme disposto em seus respectivos Estatutos Sociais.

9. PRAZO DO MANDATO. O prazo do mandato dos conselheiros será contado a partir da data de sua eleição em Assembleia Geral Ordinária, e terá validade até a próxima Assembleia Geral Ordinária que tiver por objeto a eleição dos membros do Conselho de Administração. Na hipótese de recondução, o prazo do novo mandato será contado a partir da data do término do mandato anterior.

10. VACÂNCIA. No caso de renúncia, falecimento ou impedimento de conselheiro de administração,

caberá aos membros remanescentes nomear substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976.

10.1. Na hipótese de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração, compete à Diretoria convocar a Assembleia Geral.

10.2. Em caso de vacância de cargo no Conselho de Administração preenchido pelo voto múltiplo, a convocação da Assembleia Geral será para eleição de todas as vagas preenchidas por esse sistema para complementação dos mandatos.

10.3. Deverão ser observadas as regras específicas de cada Subsidiária Integral, descritas em seu Estatuto Social, para o caso de vacância de conselheiro.

11. DESENVOLVIMENTO. Os conselheiros deverão participar de treinamentos específicos sobre temas relacionados às atividades da Copel, conforme definido em planos de desenvolvimento ou pelas áreas responsáveis.

12. REMUNERAÇÃO. A remuneração dos membros do Conselho de Administração será fixada anualmente pela Assembleia Geral Ordinária e deverá observar o previsto na Política de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho da Copel.

12.1. Os membros do Conselho de Administração da Copel farão jus ao recebimento de honorários mensais fixos, não vinculados a nenhum indicador, que serão calculados proporcionalmente aos dias de vigência do mandato nos meses de posse e desligamento. Ainda, serão reembolsados, pela Companhia, das despesas de locomoção, alimentação e hospedagem necessárias ao desempenho de sua função, observadas as normas internas.

12.2. À exceção de proventos oriundos de participação no capital, os conselheiros independentes não poderão receber outra remuneração da Copel além daquela relativa ao cargo de conselheiro ou membro de comitê de assessoramento.

12.3. Os conselheiros das Subsidiárias Integrais, que forem concomitantemente conselheiros ou membros da Diretoria da Copel Holding, não perceberão remuneração adicional.

13. ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS. Além das atribuições estatutariamente estabelecidas, compete aos conselheiros da Copel Holding e de suas Subsidiárias Integrais, no que couber:

I eleger, dentre os seus membros, o Presidente do Conselho de Administração na primeira reunião após a posse dos conselheiros ou na primeira reunião seguinte à ocorrência da vacância do cargo;

II eleger os coordenadores e membros dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração, nos termos do Estatuto Social da Companhia;

III estabelecer, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, as funções do Presidente, dos Vice-Presidentes e dos Diretores;

IV dirimir questões em que não haja previsão estatutária, aplicando, subsidiariamente, a Lei Federal nº 6.404/1976;

V definir um horizonte mínimo para as diretrizes e estratégias de longo prazo para a elaboração do planejamento estratégico, e aprovar anualmente as metas e resultados da execução do planejamento estratégico e do Plano de Negócios;

VI analisar o processo de avaliação de desempenho anual do Conselho de Administração, dos comitês estatutários, do Presidente, dos Vice-Presidentes e dos demais Diretores, realizado de acordo com as normas internas pertinentes, relativamente às atividades desenvolvidas, respeitadas as normas legais, estatutárias e regimentais, com ênfase nos deveres dos administradores e demais aspectos julgados relevantes;

VII realizar avaliação de desempenho anual, individual e coletiva, dos conselheiros, dos membros dos comitês estatutários, do Presidente, dos Vice-Presidentes e dos demais Diretores, além de autoavaliação do desempenho dos comitês estatutários, da Diretoria e do Conselho de Administração enquanto órgão, relativamente às atividades desenvolvidas no exercício anterior, dentro das normas regulamentares, estatutárias e regimentais, com ênfase nos deveres dos administradores, e demais aspectos julgados relevantes visando aprimorar suas funções, conforme definido em normas internas da Companhia;

VIII realizar avaliação de desempenho anual da área responsável pela secretaria dos órgãos de governança, observada a política interna específica;

IX discutir, quando proposto pela Diretoria, a aprovação do plano diretor e do modelo de gestão de pessoas relativos à remuneração, plano de benefícios, incluindo as condições gerais de negociação coletiva e o Programa de Participação nos Lucros e Resultados, meritocracia, desempenho, cultura organizacional, clima organizacional, equidade, desenvolvimento e sucessão;

X aprovar e acompanhar o plano de sucessão dos membros da Diretoria, especialmente o cargo de Presidente, objetivando a continuidade de gestão da Companhia e mitigação dos riscos de uma sucessão não planejada;

XI aprovar e monitorar as políticas gerais da Companhia e suas respectivas alterações, exceto ajustes em siglas ou similares que não alterem o sentido ou entendimento de parte ou da totalidade da política alterada;

XII delegar, de acordo com suas necessidades, a aprovação dos negócios jurídicos de sua competência em limite de alçada que definir, respeitada a competência privativa prevista em lei e no Estatuto Social da Companhia;

XIII discutir o plano de trabalho anual do Comitê de Auditoria Estatutário;

XIV mediante proposta da Diretoria, autorizar a celebração de quaisquer negócios jurídicos, incluindo a aquisição, alienação ou oneração de ativos, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias, a assunção de obrigações em geral, a cessão em comodato de bens do ativo permanente, renúncia, transação e a associação com outras pessoas jurídicas, quando o valor envolvido for superior a 2% (dois por cento) do Patrimônio Líquido da Companhia;

XV aprovar a alteração do endereço completo da Companhia, dentro do município sede, conforme definido no Art. 3º do Estatuto Social da Copel Holding;

XVI aprovar a criação de comitês com objetivos restritos e específicos para o seu assessoramento ou da Administração da Companhia, estabelecendo o prazo de duração, designando os seus respectivos membros, a remuneração e as atribuições;

XVII estabelecer as regras quanto à eleição para membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do §1º do Art. 2º deste Regimento Interno e ressalvado o disposto no Art. 20 do Estatuto Social da Copel;

XVIII manifestar-se sobre o enquadramento nos critérios de independência dos regulamentos aplicáveis, de cada candidato a membro de Conselho de Administração indicado na proposta de administração para a Assembleia Geral que tratará da eleição de Conselheiros.

13.1. Atribuições específicas dos conselheiros das Subsidiárias Integrais serão descritas nos respectivos Estatutos Sociais.

14. COMPETÊNCIA DOS PRESIDENTES DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DA COPEL HOLDING E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS INTEGRAIS. Compete aos Presidentes dos Conselhos de Administração da Copel Holding e de suas Subsidiárias Integrais:

- I decidir questões de ordem do Conselho de Administração e conceder licença aos seus membros;
- II presidir as reuniões e dirigir os trabalhos do Conselho de Administração, convocando para comparecimento às reuniões, por meio da área responsável pela secretaria dos órgãos de governança, pessoas que possam contribuir para o esclarecimento das matérias a serem apreciadas, inclusive os conselheiros fiscais;
- III autorizar a discussão e decisão de assuntos não incluídos na pauta da reunião;
- IV solicitar a emissão de parecer por consultor especializado ou empresa de consultoria, quando se tratar de assunto complexo ou controverso, após decisão do órgão;
- V receber análises, pareceres e relatórios elaborados no âmbito do Comitê de Auditoria Estatutário ou demais comitês estatutários;
- VI receber, formalmente, as solicitações de documentos e informações dos demais conselheiros, avaliar esses pedidos e encaminhá-los ao Presidente da Copel Holding ou de Diretor Geral de Subsidiária Integral; e
- VII presidir a Assembleia Geral de Acionistas ou designar um substituto, nos termos do Estatuto Social.

15. REUNIÕES. O Conselho de Administração da Copel Holding realiza suas reuniões ordinariamente, no mínimo, 9 (nove) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que necessário.

15.1. Os Conselhos de Administração das Subsidiárias Integrais realizam suas reuniões, ordinárias e extraordinárias, de acordo com os seus respectivos Estatutos Sociais, observada a convocação por seu Presidente.

16. CONVOCAÇÃO E MATERIAIS. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu Presidente, por meio da área responsável pela secretaria dos órgãos de governança, ou pela maioria dos conselheiros em exercício, mediante o envio de correspondência por meio físico ou eletrônico a todos os conselheiros, com a indicação dos assuntos a serem tratados.

16.1. É de responsabilidade do conselheiro manter atualizado seu cadastro junto à Copel.

16.2. As reuniões ordinárias deverão ser convocadas com antecedência mínima de 07 (sete) dias em relação à data da sua realização com os documentos relativos aos itens da pauta da reunião, ficando dispensados os procedimentos de convocação quando todos os conselheiros em exercício estiverem presentes na reunião.

16.3. Questões de urgência, desde que formalmente justificadas para os membros do Conselho de Administração, poderão ser pautadas em caráter de exceção, convocando-se as reuniões com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas para a sua realização, por meio de comunicação a todos os conselheiros, ficando facultada a participação por audioconferência, videoconferência ou outro meio idôneo de manifestação de vontade do conselheiro ausente, cujo voto será considerado válido para todos os efeitos, sem prejuízo da posterior lavratura e assinatura da respectiva ata.

16.4. As matérias encaminhadas pela Diretoria, quando tratarem de expedição de Resolução ou demais atos normativos, deverão estar acompanhadas das respectivas minutas e de toda a documentação relevante sobre o assunto.

16.5. Esclarecimentos complementares sobre as matérias sob deliberação nas reuniões poderão ser solicitados por qualquer dos conselheiros, ao Presidente do Conselho, em até 05 (cinco) dias após o recebimento da convocação para a respectiva reunião, tendo, a Copel ou a Subsidiária Integral 02 (dois) dias para prestá-los ou enviar documentos complementares.

17. PARTICIPAÇÃO NÃO PRESENCIAL. Fica facultada, se necessária, a participação não presencial dos conselheiros na reunião, por audioconferência ou videoconferência, que possa

assegurar a participação efetiva e a autenticidade do seu voto. O conselheiro, nesta hipótese, será considerado presente, e seu voto será considerado válido para todos os efeitos legais, sendo incorporado à ata da referida reunião.

18. QUÓRUM. As reuniões serão instaladas com a maioria dos conselheiros presente.

18.1. As deliberações dos Conselhos de Administração serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes na reunião, prevalecendo, em caso de empate, a proposta que contar com o voto do conselheiro que estiver presidindo os trabalhos.

18.2. O Presidente do Conselho poderá adiar a reunião pelo prazo necessário para que todos os conselheiros tenham acesso às informações e aos documentos relativos às matérias constantes na ordem do dia.

19. ATAS. As atas das reuniões serão lavradas em livro próprio, diferenciadas em ordinárias e extraordinárias, devendo nelas constar a data de realização da reunião e a assinatura dos conselheiros presentes à reunião.

19.1. As atas dos Conselhos de Administração que contiverem assuntos de publicação obrigatória, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, serão arquivadas na Junta Comercial pertinente, na CVM e na *Securities and Exchange Commission* – SEC (quando aplicável), publicadas em jornal de grande circulação, na forma estabelecida pela legislação vigente, e disponibilizadas no website da Companhia, ressalvada matéria de cunho sigiloso, à qual não será dada publicidade.

19.2. A publicação e a divulgação das atas e demais documentos lavrados em função das reuniões dos Conselhos de Administração deverão seguir as regras e procedimentos de classificação de sigilo estabelecidos em norma interna da Copel e em conformidade com a legislação vigente.

19.3. As apresentações e demais documentos utilizados nas reuniões dos Conselhos de Administração permanecerão arquivados na área responsável pela secretaria dos órgãos de governança, de acordo com os procedimentos vigentes na Companhia.

19.4. Serão extraídas das atas Resoluções dos assuntos tratados nas reuniões do Conselho de Administração, que serão encaminhadas aos responsáveis pela operacionalização do tema.

20. CONVIDADOS. Poderão ser convidadas a participar das reuniões pessoas que apresentem contribuições para o esclarecimento das matérias a serem apreciadas, sendo que a permanência dos convidados fica restrita ao tempo necessário à análise da matéria específica.

20.1. Ao menos um dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, assistirá as reuniões do Conselho de Administração quando forem tratados assuntos da competência daquele órgão.

21. SUPORTE ÀS REUNIÕES. A área responsável pela secretaria dos órgãos de governança prestará todo o suporte às reuniões do Conselho de Administração da Copel Holding e de suas Subsidiárias Integrais, redigirá as atas e Resoluções, manterá sob sua guarda tais documentos, realizando, ainda, o monitoramento de pendências das deliberações realizadas e assegurando que tais assuntos retornem à pauta para apreciação do órgão.

22. CONFLITO DE INTERESSES. Caso seja constatado conflito de interesse ou interesse particular de qualquer conselheiro em relação a determinado assunto a ser decidido, o conselheiro deverá manifestar-se tempestivamente e deverá ser afastado das discussões e deliberações, podendo haver, por decisão dos demais membros, afastamento temporário da reunião até o encerramento do assunto pelo órgão.

22.1. Caso o próprio conselheiro não se manifeste, qualquer dos presentes à reunião que tenha conhecimento do fato deverá informar o Conselho de Administração.

22.2. Caso os conselheiros se deparem com dúvidas referentes a um possível novo vínculo que caracterize potencial conflito de interesse, deverão consultar a Companhia.

23. RESOLUÇÕES. Após aprovação e assinatura da ata, as Resoluções serão encaminhadas por meio eletrônico específico à Presidência, às Vice-Presidências e Diretorias envolvidas, pela área responsável pela secretaria dos órgãos de governança.

24. ACESSO A DOCUMENTOS. Os membros dos Conselhos de Administração terão acesso a todos os documentos e informações que julgarem necessários para o exercício de suas funções.

24.1. A solicitação dos documentos e informações referidos no *caput* deste artigo deverá ser efetuada formalmente, ao Presidente do Conselho de Administração.

25. CASOS OMISSOS. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração da Copel Holding, de acordo com a sua competência.